



**Simulado Especial**

**TJ SC**

**Técnico Judiciário Auxiliar**  
**Pós-Edital**

# Simulado

Simulado Especial TJ-SC (Técnico Judiciário Auxiliar)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário Auxiliar do TJ-SC**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Hiw4aceHhppFCzAVA>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategia.ac/6e7gj8>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

**01.** Assinale a opção em que a inferência é adequada.

- a) O time esportivo vai contratar um técnico internacional / O time vai demitir alguns jogadores.
- b) O precário equilíbrio na região rompeu-se de vez com o agravamento da guerra civil no país / Já havia uma guerra civil no país.
- c) O autor já escreveu romances, contos e obras de não ficção / O autor valoriza mais as obras de não ficção.
- d) A repressão não é a melhor forma de diminuir o problema das drogas / A polícia deveria ter a responsabilidade maior no combate às drogas.
- e) Mais da metade da população atual não era nascida quando o último general-presidente deixou o Palácio do Planalto / o último general-presidente foi retirado do cargo.

**02.** Assinale a opção na qual a frase “Depois da tempestade, vem a bonança” tem seu sentido adequadamente expresso.

- a) A palavra é prata; o silêncio é ouro.
- b) Chega-te aos bons e serás um deles.
- c) Uma longa viagem começa por um passo.
- d) Nem tudo que reluz é ouro.
- e) Não há mal que sempre dure nem bem que nunca se acabe.

**Leia o texto para responder à questão 03.**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas foi ressaltada com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia. A questão que suscitou o pronunciamento era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial.

**03.** Para defender sua tese, o autor apelou para:

- a) raciocínio por analogia.
- b) relação causa/consequência.
- c) citação de exemplo.
- d) evidências estatísticas.
- e) o bom-senso.

**04.** Assinale a frase abaixo que não mostra uma contradição lógica.

- a) Adoro surpresas, contanto que eu esteja preparado para elas.
- b) Quanto mais fecho os olhos mais te vejo.
- c) Muitas pessoas revelam uma posição inteiramente hostil aos princípios da civilização.
- d) Eu deveria voltar a estudar, mas ando ocupado demais matando o tempo que juro não ter.
- e) A concepção objetiva de tempo é também uma abstração.

**Leia o texto para responder à questão 05.**

Para despistar, os cangaceiros imitavam ruídos e pegadas de bichos e usavam falsas solas com o calcanhar no bico. Mas um bom rastreador reconhece os rumos do passo humano. Então, os rastreadores chegam ao esconderijo do chefe Lampião. Os soldados se aproximam tanto, que escutam Lampião discutindo com sua mulher. Maria Bonita o amaldiçoa, e ele responde tristemente lá do fundo. Os soldados armam as metralhadoras e esperam a ordem de disparar.

GALENO, Eduardo, O século do vento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1988.  
(ADAPTADO)

**05.** O trecho que inicia propriamente a narração é:

- a) “os cangaceiros imitavam ruídos e pegadas de bichos”
- b) “um bom rastreador reconhece os rumos do passo humano”
- c) “os rastreadores chegam ao esconderijo do chefe Lampião.”
- d) “Os soldados se aproximam tanto, que escutam Lampião discutindo com sua mulher.”
- e) “Maria Bonita o amaldiçoa”

**06.** Assinale a opção que não apresenta uma opinião.

- a) Para fazer um bom cozido, é necessário escolher carnes de excelente qualidade.
- b) A expressão da mulher na pintura é enigmática ou ambígua.
- c) Há muita gente atrapalhando a vida do governador, inclusive o próprio governador.
- d) O conflito de gerações é a consequência de uma dificuldade de comunicação.
- e) Os jovens costumam repetir o que dizem os pais e os professores.

**07.** Assinale a frase abaixo que não exemplifica uma interrogação indireta.

- a) Queria saber quem escreveu o livro.
- b) Desconheço onde ela trabalha.

- c) Eles nunca mostram quanto custa o tratamento.
- d) Eu vi quando eles partiram.
- e) Não sei por que venta tanto.

**Leia a frase a seguir para responder à questão 08.**

“Permitir que as crianças se frustrem algumas vezes contribui para que elas sejam adultos mais compreensivos”

**08.** Outro modo de reescrever essa frase, com o deslocamento de seus termos, que mantém o seu sentido original, é:

- a) Permitir que as crianças algumas vezes se frustrem contribui para que elas sejam adultos mais compreensivos.
- b) Permitir que as crianças se frustrem contribui algumas vezes para que elas sejam adultos mais compreensivos.
- c) Permitir que as crianças se frustrem contribui para que elas algumas vezes sejam adultos mais compreensivos.
- d) Permitir que as crianças se frustrem contribui para que elas sejam algumas vezes adultos mais compreensivos.
- e) Permitir que as crianças se frustrem contribui para que elas sejam adultos algumas vezes mais compreensivos.

**09.** Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

- a) O crescente número de veículos individuais promove o inchaço do trânsito.
- b) Analisar-se é aprender a narrar a si mesmo.
- c) Para manipular através da mídia, utilize o aspecto emocional muito mais do que a reflexão.
- d) O professor precisa adaptar seu processo de ensino ao de aprendizagem do aluno.
- e) A arquitetura brasileira sempre conservou a boa tradição da arquitetura portuguesa.

**10.** A opção abaixo em que o emprego da vírgula é devido à elipse do verbo, é:

- a) Ele é bonito, inteligente e atencioso.
- b) Aprenda na vida a arte, na arte, a vida.
- c) O trabalho, no decorrer da história, foi ocupando a maior parte do tempo do homem.
- d) A lama, ao secar, parece cimento.
- e) Parece que só os mortos têm direito à sombra, os vivos penam sob o sol.

**11.** Assinale a opção em que a conjunção E mostra valor diferente das demais.

- a) A casa era antiga e muito conservada.
- b) O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza.
- c) O pão do exílio é amargo e duro.
- d) A mãe beijava o machucado dos filhos e a dor sumia.
- e) Ela foi ao cinema e ao teatro.

**12.** A frase abaixo que está na ordem direta, é:

- a) Hoje em dia, perder um laptop ou celular pode se transformar em prejuízo irremediável
- b) O Criciúma, time de Santa Catarina, joga amanhã.
- c) Estranhas coincidências o acaso nos manda numa noite de chuva.
- d) Em uma confeitaria, certa vez, contava a meu amigo minha história de amor.
- e) Chegaram as encomendas mais cedo.

**13.** *Não vou ficar aqui e cuidar de ovelhas até morrer, como fez meu pai – disse o menino.*

Essa frase encontra-se em discurso direto; se ela for colocada em discurso indireto, a forma adequada seria

- a) O menino disse que não ia ficar lá e cuidar de ovelhas até morrer, como fizera seu pai.

b) O menino dizia que não ficaria lá e cuidar de ovelhas até morrer, como fizera o pai.

c) O menino disse que não ficaria aqui e cuidaria de ovelhas até morrer, como fez seu pai.

d) O menino disse que não ia ficar lá e cuidar de ovelhas até morrer, como fez seu pai.

e) O menino dissera que não ia ficar lá e cuidar de ovelhas até morrer, como fizera seu pai.

**Leia o texto para responder à questão 14.**

Eu queria que tudo fosse verdade, que a vida fosse assim dividida em quatro estágios que mais parecem estações do ano, mas que não acabasse, que depois do inverno viesse outra primavera, e outro verão, e outro outono, que nunca são iguais, mas sempre se repetem, sempre voltam, são tão certos quanto o sol e a lua, todo dia, toda noite.

Eu queria.

Martha Medeiros

**14.** A função de linguagem predominante no texto é:

- a) Emotiva.
- b) Apelativa.
- c) Poética.
- d) Referencial.
- e) Metalinguística.

**15.** Assinale a frase em que ocorre paralelismo sintático.

- a) É barato construir castelos no ar e bem cara a sua destruição.
- b) Sucesso é conseguir o que você quer e felicidade é gostar do que você conseguiu.
- c) Temos medo de sair às ruas, medo dos passeios à noite.
- d) Viu pela varanda a menina correndo e pessoas em fuga.
- e) É dever familiar, da sociedade em geral e do poder público proteger a criança.

- 16.** Assinale a frase em que a classe gramatical da palavra “mais” está corretamente indicada.
- a) As minorias costumam ser punidas com mais rigor. / Advérbio
  - b) O time trabalhou mais e conseguiu vencer a Copinha. / Pronome indefinido
  - c) Não aceito mais os seus falsos motivos. / Pronome indefinido
  - d) Medidas simples garantem mais segurança no trânsito. / Pronome indefinido
  - e) O Dicionário é o mais democrático dos livros. / Conjunção
- 17.** Assinale a frase que está integralmente expressa com palavras em sentido lógico (não figurado).
- a) Da janela do trem o homem avista a cidadezinha que o viu nascer.
  - b) A vida nos dá os netos para nos compensar de todas as mutilações trazidas pela velhice.
  - c) A convulsão social provocou a escalada da violência.
  - d) Às três da manhã, foram acordados pelos gritos de terror na rua de baixo.
  - e) O estrangeiro tropeça com frequência na incompreensão das sociedades por onde passa.
- 18.** Nas frases abaixo, buscou-se evitar a repetição de palavras idênticas; a frase em que a estratégia empregada para isso foi a de utilização de hiperônimos (vocábulos de conteúdo semântico geral) é:
- a) Hoje em dia, há tantos conselhos sobre nutrição na internet que fica difícil ignorá-los.
  - b) A amoreira gigante está à sua frente. A folhagem da árvore mistura-se à mata.
  - c) Fatos são o ar da ciência. Sem eles o cientista nunca poderia voar.
  - d) O aplicativo motiva os clientes a serem sustentáveis e mostra as vantagens de adotar essa postura.
  - e) Metade das crianças não sabe ler nem escrever. Não sabe ler horas e minutos num relógio.
- 19.** Assinale a frase a seguir que está isenta de ambiguidade.
- a) No caminho vi mansões e pessoas de alto padrão.
  - b) Os jornais noticiaram que o policial deteve o suspeito em sua casa.
  - c) O órgão cobra por um serviço que não presta.
  - d) Eu sempre fui o elo de ligação entre meus familiares.
  - e) Quebraram a mesa da sala em que eu costumava estudar.
- 20.** Assinale a frase em que os termos destacados desempenham a mesma função sintática.
- a) Muitas regiões já estão sofrendo com a escassez de água.
  - b) A falta de água levará a instabilidades em muitos lugares.
  - c) Escolheu esse país porque tem bom gerenciamento de água.
  - d) Os lugares áridos precisam usar técnicas avançadas.
  - e) Foi ao estado de São Paulo, no qual está a maior cidade da América do Sul.
- 21.** Assinale a opção que mostra duas palavras que recebem acento gráfico pelo mesmo motivo.
- a) fácil / bélicos.
  - b) números / cajá.
  - c) mágoa / glória.
  - d) além / lírico.
  - e) café / é.

22. Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase é realizada de forma errada.

- a) No passeio, andamos à cavalo.
- b) Ele não respondeu àqueles apelos feitos pelo grupo.
- c) As amigas foram à confraternização de final de ano da empresa.
- d) Muitos indivíduos são propensos a associar, inadvertidamente, tristeza à depressão.
- e) Não se deve receitar remédios às pessoas antes da realização de exames.

**Leia o texto para responder à questão 23.**

O que existe é uma distinção entre as várias formas de conhecimento, distinção baseada no método pertinente a cada uma delas. A confusão começa quando uma tenta entrar no território da outra, e os métodos passam a ser usados fora de seus contextos.

Portanto, é (ou deveria ser) inútil criticar a astrologia por ela não ser ciência, pois ela não é. Ela é uma outra forma de conhecimento. A astrologia lida com questões de relevância imediata na vida de cada um, tendo um papel emocional que a astronomia jamais poderia (ou deveria) suprir.

A astrologia está conosco há 4.000 anos e não irá embora. E nem acho que deveria. Ela faz parte da história das ideias, foi fundamental no desenvolvimento da astronomia e é testemunha da necessidade coletiva de conhecer melhor a nós mesmos e os que nos cercam.

(GLEISER, Marcelo. Folha de São Paulo, 22 set. 2002 - ADAPTADO)

23. Sobre esse pequeno texto argumentativo, assinale a afirmativa correta.

- a) O início do texto alude a uma hierarquia entre as várias formas de conhecimento.
- b) O último argumento do texto pode ser classificado como um testemunho de autoridade.
- c) O texto defende a tese de que a astrologia não é uma ciência, mas uma forma diversa de conhecimento.

d) A visão do autor do texto é bastante otimista a respeito das futuras descobertas da astronomia.

e) Para o autor, a distinção entre as diversas formas de conhecimento está fundada no método, que torna impossível o erro em ciência.

24. Assinale a frase em que a oração reduzida sublinhada foi nominalizada de forma adequada.

- a) Na riqueza é impossível entender a fome / o entendimento da fome.
- b) A constância é a chave para alcançar o sucesso / para a alçar o sucesso.
- c) O protesto é uma forma de discordar / de discernimento.
- d) Felicidade é brincar com a vovó. / brinquedo com a vovó.
- e) Abençoado aquele que faz os companheiros sorrirem. / a risada de seus companheiros.

**Leia o texto para responder à questão 25**

**Meio Ambiente: Tenha Atitudes Sustentáveis**

Sim, nós podemos mudar o mundo! Há quem espalhe lixo pelas ruas e avenidas, entupindo bueiros e causando problemas quando chove.

Ter atitude sustentável significa usar com responsabilidade os recursos naturais que são esgotáveis, como, por exemplo, a água. As pessoas passam horas lavando a calçada da rua e os veículos com a mangueira; até mesmo um banho demorado ou a descarga longa no vaso sanitário influem diretamente na degradação do meio ambiente.

Gastar menos água, economizar e reciclar papel, economizar energia elétrica e reciclar embalagens são atitudes sustentáveis que devem ser feitas diariamente. Quando vemos o hoje, o estrago e o desperdício, temos que, obrigatoriamente, pensar no futuro. O que você está deixando para as próximas gerações? Reflita!

Fonte: <http://www.atitudessustentaveis.com.br/atitudes-sustentaveis/meio-ambiente-tenha-atitudes-sustentaveis/> (ADAPTADO)

**25.** Assinale a opção que indica o objetivo principal do texto.

- a) Informar sobre a falta de água nos dias de hoje.
- b) Alertar para a importância da reciclagem.
- c) Informar os danos causados pelo lixo nas ruas.
- d) Destacar a importância de ter atitudes sustentáveis.
- e) Explicar como a falta de água impactará as futuras gerações.

### **LEGISLAÇÃO INTERNA**

*Tiago Zanolla*

**26.** Marcela, uma servidora judicial, deseja se candidatar à promoção por antiguidade. De acordo com Estatuto dos Servidores, quantos dias de serviço no mesmo cargo são necessários para que ela possa concorrer a tal promoção?

- a) 365 dias.
- b) 730 dias.
- c) 1095 dias.
- d) 1500 dias.
- e) 2000 dias.

**27.** Carlos é um servidor público que trabalha na fiscalização de contratos no departamento de obras do estado. Recentemente, foi envolvido em uma auditoria que identificou algumas irregularidades nos materiais usados em uma construção, o que levou a um debate acalorado sobre responsabilidades no trabalho.

Durante uma auditoria, Carlos foi questionado sobre danos a materiais de construção sob sua fiscalização. Conforme o Estatuto dos Servidores, em que situação ele pode ser responsabilizado?

- a) Apenas por danos decorrentes de uso normal dos materiais.

b) Por qualquer tipo de dano, inclusive desgaste natural.

c) Por faltas, danos, avarias e outros prejuízos que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda.

d) Somente por prejuízos causados intencionalmente.

e) Por prejuízos que ocorram fora do horário de trabalho.

**28.** Helena, uma servidora do departamento financeiro, encontrou-se numa situação complicada após não atender a uma requisição importante para a defesa da Fazenda Pública. Ela estava incerta sobre as consequências de sua ação e procurou a orientação de seu supervisor, que lhe explicou as regras disciplinares aplicáveis.

Helena foi informada pelo seu supervisor sobre as consequências de não atender a uma requisição para defesa da Fazenda Pública. De acordo com as normas disciplinares, qual é a penalidade aplicável para tal infração?

- a) Advertência verbal.
- b) Suspensão de até 5 dias.
- c) Suspensão de até 10 dias.
- d) Demissão do serviço público.
- e) Multa administrativa.

**29.** Clara está preparando um relatório sobre a distribuição de recursos e precisa entender como os índices são calculados. De acordo com a regra, quantos pontos são adicionados ao índice de um município por cada dezena de feitos judiciais, assumindo que o município tenha um movimento forense anual mínimo de 150 feitos judiciais?

- a) 10 pontos
- b) 15 pontos
- c) 25 pontos
- d) 30 pontos.
- e) 50 pontos

**30.** Durante a eleição dos cargos de direção no Tribunal, se nenhum candidato alcançar a maioria na primeira votação, o que acontece em seguida, conforme o Código de Organização Judiciária?

- a) Uma nova eleição é realizada com todos os candidatos.
- b) Um segundo escrutínio é realizado apenas entre os dois mais votados.
- c) Uma eleição de desempate é realizada entre todos os candidatos empatados.
- d) O candidato mais jovem entre os mais votados é automaticamente eleito.
- e) O cargo permanece vago até a próxima eleição regular.

**31.** Conforme o código de organização judiciária, quais são os órgãos do Tribunal de Justiça?

- a) Tribunal Pleno, Seção Civil, Primeiro e Segundo Grupo de Câmaras, Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Conselho da Magistratura.
- b) Seção Civil, Primeira e Segunda Câmaras Criminais Reunidas, Tribunal Superior, Conselho Federal.
- c) Tribunal Pleno, Câmaras Especiais, Seção Criminal, Primeiro e Segundo Conselho de Justiça.
- d) Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Pleno, Câmaras Federais, Seção de Apelações.
- e) Seção Civil, Tribunal Pleno, Primeira e Segunda Câmaras Isoladas, Conselho de Ética.

**32.** Lucas precisa compreender as diferenças entre os tipos de atos emitidos pelo Corregedor-Geral da Justiça para desempenhar seu trabalho corretamente. Segundo o código de normas, qual dos seguintes atos é usado para veicular regras de caráter geral e abstrato?

- a) Provimento
- b) Orientação
- c) Portaria
- d) Circular
- e) Ofício

**33.** Lucas quer saber qual ato do Corregedor-Geral da Justiça é especificamente usado para transmitir determinações internas sobre como conduzir os serviços dentro do tribunal. Com base no código de normas, qual ato ele deve se referir?

- a) Provimento
- b) Orientação
- c) Portaria
- d) Circular
- e) Ordem de serviço

**34.** Qual é o procedimento que o Corregedor-Geral da Justiça pode adotar se o ajustado no "Termo de Ajustamento de Compromisso Correicional - TACC" não for atendido, conforme o Código de Normas?

- a) Pode convocar uma nova correição extraordinária imediatamente.
- b) Determina a suspensão do juiz ou diretor do foro responsável.
- c) Pode determinar a abertura de procedimento para apuração de eventual infração.
- d) É obrigado a arquivar o caso sem mais investigações.
- e) Deve alterar o "Termo de Ajustamento de Compromisso Correicional - TACC" para refletir as novas condições.

**35.** Joana, uma assistente social que trabalha em um tribunal, recebeu o encargo de orientar os cidadãos sobre como solicitar a tramitação prioritária de procedimentos administrativos. Ela se preparou para um workshop onde explicaria quem tem direito à prioridade e como proceder.

Durante o workshop, Joana explica os critérios para ter prioridade na tramitação de procedimentos administrativos. Quem tem direito à tramitação prioritária segundo o Código de Normas.

- a) Qualquer pessoa que solicite, independente de condição especial.
- b) Pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, pessoas com deficiência, crianças ou adolescentes, e pessoas portadoras de doenças graves conforme a Lei n. 12.008/2009.
- c) Apenas pessoas com idade superior a 65 anos e pessoas com deficiência grave.
- d) Pessoas sem condição de pagar por um processo rápido.
- e) Todos os cidadãos automaticamente, sem necessidade de requerimento.

**36.** Ricardo, um recém-nomeado juiz auxiliar no Tribunal de Justiça, estava ansioso por participar de sua primeira eleição para a direção do Tribunal. Ele sabia que era importante entender o processo eleitoral e os cargos disponíveis para votação. Durante um café com colegas mais experientes, ele pediu que explicassem os detalhes da eleição e os diferentes cargos para os quais os membros do Tribunal seriam votados.

Em sua primeira participação na eleição do Tribunal de Justiça, Ricardo quer saber quais cargos serão eleitos. Segundo o Regimento Interno, quais cargos são eleitos pelos membros do Tribunal na eleição dos anos ímpares na primeira semana de dezembro?

- a) Presidente, 1o vice-presidente, corregedor-geral da Justiça, 2o vice-presidente, 3o vice-presidente, e corregedor-geral do foro extrajudicial.

- b) Presidente, secretário-geral, tesoureiro, e juiz disciplinar.
- c) Presidente, 1o vice-presidente, 2o vice-presidente, 3o vice-presidente, e 4o vice-presidente.
- d) Corregedor-geral da Justiça, corregedor-geral do foro extrajudicial, e juízes de primeira instância.
- e) Presidente, corregedor-geral da Justiça, diretores de divisão, e conselheiros.

**37.** Clara está aprendendo sobre a estrutura das câmaras do Tribunal de Justiça. De acordo com o Regimento Interno, quais são os tipos de câmaras que compõem o Tribunal de Justiça?

- a) Câmaras de direito civil, câmaras de direito comercial, câmaras de direito público, câmaras criminais, Câmara de Recursos Delegados, e câmaras especiais.
- b) Câmaras de direito civil, câmaras de direito internacional, câmaras criminais, e câmaras especiais.
- c) Câmaras de direito civil, câmaras de direito comercial, câmaras de direito administrativo, e câmaras de recursos fiscais.
- d) Câmaras de direito civil, câmaras de direito público, câmaras criminais, e câmara de recursos delegados apenas.
- e) Câmaras de direito civil, câmaras de direito trabalhista, câmaras criminais, e câmaras especiais.

**38.** Conforme o Regimento Interno, como são escolhidos os seis desembargadores que fazem parte do Conselho?

- a) Eles são eleitos diretamente pelo Órgão Especial.
- b) São indicados pelo presidente do Tribunal de Justiça e referendados pelo Órgão Especial.
- c) São nomeados pelo governo estadual após consulta pública.
- d) São selecionados aleatoriamente entre todos os desembargadores ativos.
- e) São indicados pelo corregedor-geral da Justiça sem necessidade de referendo.

39. Luís está se preparando para explicar o processo de eleição para a Comissão de Ética e Conduta. Conforme o Código de Ética, como são eleitos os membros da Comissão?

- a) Os membros são escolhidos por nomeação direta do presidente do Tribunal.
- b) Os membros são indicados pelo corregedor-geral da Justiça e confirmados pelo Órgão Especial.
- c) Os membros são eleitos pelo voto direto dos servidores do Poder Judiciário, com mandato de dois anos.
- d) Os membros são selecionados pelo voto indireto, através de representantes dos servidores.
- e) Os membros são determinados por um sorteio entre os servidores efetivos e estáveis.

40. Considerando as disposições sobre o poder disciplinar dentro de um Tribunal de Justiça, qual das seguintes afirmações descreve corretamente a autoridade e o recurso apropriado quando uma pena disciplinar é aplicada?

- a) O Corregedor-Geral da Justiça tem autoridade para impor a pena de demissão e, em caso de recurso, este deve ser dirigido ao Conselho da Magistratura.
- b) Um Diretor do Foro pode aplicar penas de repreensão, suspensão e destituição de cargo de confiança, com recursos dirigidos ao Presidente do Tribunal de Justiça.
- c) O Presidente do Tribunal de Justiça pode impor penas de demissão e de cassação de disponibilidade, com recursos dessas decisões dirigidos ao Conselho da Magistratura.
- d) Os Juízes de Direito têm poder para aplicar a pena de cassação de disponibilidade, e os recursos contra suas decisões são encaminhados para o Presidente do Tribunal de Justiça.
- e) O Corregedor-Geral da Justiça é responsável por impor todas as penalidades, incluindo demissão e cassação de disponibilidade, e os recursos devem ser feitos ao Conselho da Magistratura.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

*Herbert Almeida*

41. Durante a cobertura jornalística de uma manifestação popular, um repórter de uma emissora de televisão foi atingido por um artefato explosivo lançado por policiais, sofrendo ferimentos graves. Posteriormente, ficou comprovado que as forças de segurança responsáveis pela ordem durante o evento não avisaram de forma ostensiva sobre os riscos no local, havendo briga entre policiais e manifestantes. Com base nesse caso e na jurisprudência relacionada à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) o Estado não pode ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo repórter, uma vez que ele estava exercendo sua profissão em um ambiente de risco conhecido e assumido.
- b) o Estado pode ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo repórter, desde que seja comprovada sua omissão no evento que resultou nos ferimentos, sendo a responsabilidade subjetiva.
- c) É objetiva a responsabilidade civil do estado em relação ao profissional de imprensa ferido por agentes policiais durante a cobertura jornalística em manifestações em que haja tumulto ou conflito entre policiais e manifestantes.
- d) o Estado poderia ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo repórter, ainda que ficasse comprovado que foram realizados avisos ostensivos e claros por parte das forças de segurança e que os profissionais de imprensa violaram as áreas de risco demarcadas.
- e) o Estado não pode ser responsabilizado pelos danos sofridos pelo repórter, pois não houve conduta estatal ilícita, mas estrito cumprimento da atividade policial.

**42.** Considere que o governador do Estado Alfa, visando a beneficiar um membro de sua família, facilita a locação de imóvel por preço superior ao de mercado. Como resultado, o erário estadual sofreu prejuízo significativo devido ao valor da locação. Não houve comprovação de que o governador percebeu vantagem patrimonial para adotar a conduta.

Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa que indica corretamente as sanções aplicáveis ao governador, nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021):

- a) multa civil, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até 8 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por prazo não superior a 14 anos.
- b) perda da função pública, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil de até 24 vezes o valor do dano e suspensão dos direitos políticos por até oito anos.
- c) perda da função pública por cinco anos, multa civil equivalente ao valor do dano, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, ambos pelo prazo de até 14 anos.
- d) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração do agente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por até 12 anos.
- e) multa civil equivalente ao valor do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública e suspensão dos direitos políticos por até 12 anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por prazo não superior a 12 anos.

**43.** José tomou conhecimento da publicação de edital de chamamento público, em que a Administração convocava profissionais interessados em prestar determinado serviço para a população. Pelo que constava do edital, o processo permitiria que tais profissionais se habilitassem junto ao órgão ou entidade responsável, seguindo critérios específicos estabelecidos no edital, viabilizando a sua futura contratação direta quando necessário. Nas futuras contratações, a seleção dos profissionais ficaria a critério de terceiros, ou seja, a seleção do contratado ficaria a cargo do beneficiário direto da prestação.

Com base na Lei nº 14.133/2021, o edital em questão trata de:

- a) pré-qualificação, que é hipótese de licitação dispensável.
- b) credenciamento, que é hipótese de inexigibilidade de licitação.
- c) formação de catálogo eletrônico de padronização de serviços, por inexigibilidade de licitação.
- d) pré-qualificação, que é hipótese de licitação inexigível.
- e) credenciamento, que é hipótese de licitação dispensável.

**44.** O Estado Gama celebrou contrato administrativo com a empresa Delta, mas, em virtude de dificuldades financeiras, o este estatal está com atraso superior a dois meses das parcelas de pagamentos devidos à contratada.

Tendo em vista essa situação hipotética, assinale a opção correta, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- a) a empresa terá direito à extinção do contrato, desde que o atraso tenha ocorrido nos dois meses iniciais após sua assinatura.
- b) a empresa terá direito à extinção do contrato imediatamente, em qualquer caso, por expressa autorização constante na Lei de Licitações.
- c) a empresa não terá direito à suspensão da execução do contrato, em respeito ao princípio da continuidade.
- d) a empresa poderá rescindir o contrato, desde que o Tribunal de Contas expressamente autorize a rescisão.
- e) em regra, a empresa terá direito subjetivo à extinção do contrato, em razão do prazo do atraso, mas também poderá optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação.

**45.** A Parceria Público-Privada (PPP) representa um contrato administrativo de concessão, patrocinada ou administrativa, para a prestação de serviços públicos ou de obras públicas. Quando a PPP representa uma concessão administrativa, é correto afirmar que o contrato

- a) tem com o único objeto o fornecimento de mão de obra.
- b) tem a Administração Pública como usuária, direta ou indireta.
- c) tem prazo de duração inferior a um ano.
- d) não necessita prever a contraprestação do parceiro público ao parceiro privado.
- e) prevê a cobrança de tarifas a serem pagas pelos usuários.

**46.** Acerca da Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a opção correta:

- a) a responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- b) a pessoa jurídica será responsabilizada desde que também promovida a responsabilização individual das pessoas naturais.
- c) os dirigentes ou administradores serão individual e integralmente responsabilizados por atos ilícitos cometidos.
- d) a responsabilidade da pessoa jurídica subsiste na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- e) a pessoa jurídica responsável por ato lesivo ao patrimônio público será condenada ao pagamento de multa, nunca inferior a 20% de seu faturamento bruto.

47. Em uma cidade litorânea, a prefeitura possui uma extensa faixa de areia na beira da praia, onde são realizados eventos culturais e esportivos abertos ao público em geral. Essa faixa de areia é constantemente utilizada para o lazer e recreação dos moradores e turistas, sendo acessível a todos, sem qualquer restrição de uso. Além disso, a prefeitura possui um prédio onde funcionam as repartições municipais, utilizado exclusivamente para a administração pública municipal. Com base nesse caso, assinale a alternativa correta:

- a) a faixa de areia na beira da praia constitui um bem público de uso comum do povo, enquanto o prédio onde funcionam as repartições municipais constitui um bem público de uso especial.
- b) a faixa de areia na beira da praia constitui um bem público de uso especial, enquanto o prédio onde funcionam as repartições municipais constitui um bem público de uso comum do povo.
- c) tanto a faixa de areia na beira da praia quanto o prédio onde funcionam as repartições municipais constituem bens públicos de uso comum do povo.
- d) tanto a faixa de areia na beira da praia quanto o prédio onde funcionam as repartições municipais constituem bens públicos de uso especial.
- e) a faixa de areia na beira da praia e o prédio onde funcionam as repartições municipais são considerados bens públicos dominicais.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Nelma Fontana*

48. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.
- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.
- e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

**49.** A respeito da divisão e coordenação de Poderes da República, conforme disposto na Constituição Federal, aponte a alternativa incorreta.

- a) Em uma República, o governante deve ser eleito diretamente pelo povo.
- b) A forma federativa de Estado, no Brasil, constitui limitação material expressa ao poder de reforma da Constituição e não pode ser abolida nem mesmo por emenda à Constituição.
- c) Em decorrência do sistema presidencialista de governo, no Brasil, o Presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de governo.
- d) Em uma federação, a organização político-administrativa do Estado é descentralizada, de maneira que, no caso brasileiro, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são autônomos, não havendo nenhum tipo de hierarquia entre os entes.
- e) A República não foi consagrada expressamente pela Constituição Federal de 1988 como cláusula pétrea.

**50.** O Estado Beta editou lei que permitia a transformação de juizados e varas judiciárias, bem como a definição de suas competências, por meio de simples resolução administrativa do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. A referida lei foi contestada perante o STF.

Acerca do tema apresentado e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional, por não violar o princípio da legalidade, lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais.
- b) É inconstitucional, por violar o princípio da legalidade, lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais.
- c) É constitucional, por não violar o princípio da legalidade, lei estadual que prevê que o Órgão

Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais, desde que remetida a decisão para apreciação pelo CNJ.

- d) É inconstitucional, por usurpação de competência da União, lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais.
- e) É inconstitucional lei estadual que prevê que o Órgão Especial do Tribunal de Justiça pode transformar, instalar juizado em substituição a adjunto e fixar a competência dos juizados especiais, tendo em vista que tal matéria é prevista na Lei nº 9.099/95.

**51.** O Deputado Estadual Guilherme propôs o PL 11/2023 que previa a reserva de vagas no mesmo estabelecimento de ensino para irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo escolar. O referido projeto foi aprovado e promulgado pelo Governador de Estado e convertido na Lei nº 2.901/2023. A Lei em questão foi contestada perante o Supremo por meio de ADI.

Com base na jurisprudência do STF, a referida lei deve ser declarada:

- a) Constitucional, material e formalmente.
- b) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por vício de iniciativa.
- c) Inconstitucional, materialmente, por afrontar a Constituição, mas constitucional formalmente.
- d) Constitucional, materialmente, mas inconstitucional, formalmente, por usurpar competência da União.
- e) Inconstitucional, formal e materialmente.

**52.** O estado W editou lei que prevê a apreensão de motocicletas, por autoridade de trânsito, em razão de inadimplemento do IPVA. Tal lei foi contestada junto ao STF.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do Supremo:

- a) A lei deve ser declarada constitucional, tendo em vista o interesse local que norteou a edição da lei.
- b) A lei deve ser declarada constitucional, uma vez que tal a competência para legislar sobre IPVA é dos estados.
- c) A lei deve ser declarada inconstitucional, pois viola competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte.
- d) A lei deve ser declarada constitucional, tendo em vista a possibilidade aberta pelo CTB para o agravamento de sanções pelos estados e municípios.
- e) A lei deve ser declarada inconstitucional, pois viola competência exclusiva da União para legislar sobre trânsito e transporte.

**53.** Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) bonapartista e flexível.

**54.** João, Maria e seus dois filhos são venezuelanos e residem no Brasil, clandestinamente, há dois anos ininterruptos. Os filhos do casal estão em idade escolar. João foi contaminado pelo COVID-19 e precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa correta.

- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.
- b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário-mínimo definido por lei, férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máxima diária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.
- c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.
- d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.
- e) Maria, embora exerça no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.

**DIREITO CIVIL***Paulo Sousa*

**55.** Com relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.
- b) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- c) A lei posterior não revoga a anterior quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- e) Salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.

**56.** Levando-se em conta os direitos da personalidade, julgue as afirmativas a seguir:

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e a alcunha.
- b) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham, desde que não haja intenção difamatória.
- c) Não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial sem autorização, salvo nos casos previstos em lei.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer proteção aos direitos da personalidade somente os ascendentes ou os descendentes.

**57.** De acordo com o Código Civil, têm domicílio necessário, entre outros, o

- a) militar, o incapaz e as empresas públicas.
- b) filho menor, o clérigo e o preso.
- c) agente diplomático, o empresário e o interditado.
- d) Presidente da República, o falido e as fundações.
- e) marítimo, o preso e o incapaz.

**58.** Com relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, o cancelamento de sua inscrição será imediato.
- b) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões sempre deverão ser tomadas por meio de aprovação da maioria de votos dos presentes.
- c) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.
- d) A existência legal da pessoa jurídica de direito privada começa com o início efetivo das suas atividades, independentemente da conclusão do registro de seus atos constitutivos.
- e) Obrigam a pessoa jurídica os atos de seus administradores, exercidos ou não nos limites dos poderes definidos no ato constitutivo.

**59.** Em relação às fundações, é correto afirmar:

- a) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados voltarão necessariamente ao patrimônio do instituidor ou de seus herdeiros.
- b) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a mudança não contrarie ou desvirtue sua finalidade, além de ser aprovada pelo Ministério Público no prazo máximo de 45 dias e que seja deliberada pela unanimidade de seus gestores e representantes.
- c) Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, será ela extinta pelo Ministério Público, incorporando-se seu patrimônio ao Estado membro, com vinculação da destinação àquela a que objetivava a fundação extinta.
- d) Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.
- e) Somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

**60.** No que se refere à classificação dos bens prevista no Código Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Em hipótese alguma os bens públicos dominicais poderão ser alienados.
- b) São consumíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, não sendo considerados tais os destinados à alienação.
- c) As edificações que, separadas do solo, mesmo que conservando a sua unidade, forem removidas para outro local perdem o caráter de bens imóveis.
- d) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de bens móveis; readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.
- e) Consideram-se móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, mesmo

que sejam recolocados no imóvel em momento posterior.

**61.** Leonardo, dono de um pequeno restaurante de origem familiar, ciente de seu estado de insolvência, vendeu parte de seu estoque de alimentos e, na esperança de retomar o curso regular de seus negócios, decidiu pagar apenas o frigorífico que lhe entregava as carnes semanalmente, cuja dívida ainda não estava vencida, em função do desconto oferecido pelo fornecedor e a promessa de uma nova entrega com maior prazo para pagamento. A situação descrita caracteriza

- a) simulação, podendo ser anulada por terceiros prejudicados, tanto credores como os demais fornecedores, se comprovada a intenção de frustrar direito alheio.
- b) ato doloso, caracterizando, mais especificamente, o denominado *dolus malus*, que enseja a nulidade do ato por presunção de sua lesividade.
- c) erro substancial, não escusável, acarretando a anulabilidade do ato mediante ação judicial intentada por eventuais prejudicados.
- d) fraude contra credores, podendo ser anulado judicialmente em ação intentada por aquele que detenha crédito anterior ao quitado e tenha sido prejudicado pelo ato.
- e) ato atentatório a direito de credores, somente sendo escusável se comprovada boa-fé objetiva.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Ricardo Torques*

**62.** Em determinado contrato de natureza civil, as partes (pessoas físicas) elegeram o foro de Blumenau/SC para a análise de eventual ação que envolvesse o objeto contratual. A respeito do tema e do que dispõe o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- b) Não há óbice que a cláusula de eleição de foro seja estabelecida verbalmente.
- c) É vedado ao juiz conhecer de ofício a abusividade da cláusula de eleição de foro.
- d) Citado, incumbe ao réu alegar a abusividade da cláusula de eleição de foro na contestação, sob pena de preclusão.
- e) As partes podem modificar a competência em razão do valor, da matéria e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.

**63.** O Código de Processo Civil estabelece em seu capítulo I as denominadas “Normas fundamentais”, que positivaram diversos princípios caros à doutrina processualista. Com base no Código de Processo Civil e nos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça acerca dos princípios e sua aplicação, assinale a alternativa correta:

- a) Tribunal não pode prolatar acórdão se apoiando em princípios jurídicos, mas sem fazer a necessária densificação e apenas empregando conceitos jurídicos indeterminados sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
- b) A estratégia de permanecer silente, reservando a nulidade para ser alegada em um momento posterior não viola a boa-fé objetiva e tem sido acatada pelos tribunais superiores.
- c) A proibição de decisão surpresa, com obediência ao princípio do contraditório, assegura às partes o

direito de serem ouvidas de maneira antecipada sobre todas as questões relevantes do processo, ressalvadas as cognoscíveis de ofício pelo juízo.

- d) O princípio da vedação à decisão surpresa é absoluto.
- e) Não se admite, no âmbito do processo civil, a adoção da denominada fundamentação *per relationem*.

**64.** No âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina fora acolhida alegação de suspeição apresentada pela parte requerida, sob o argumento de que o autor era amigo íntimo do magistrado que conduzia o feito. Considerando a teoria geral do processo civil, é correto afirmar que a suspensão do juízo implica em:

- a) Falta de interesse de agir, espécie de condição da ação.
- b) Falta de legitimidade, espécie de condição da ação.
- c) Falta de pressuposto processual de existência subjetivo.
- d) Falta de pressuposto processual de existência objetivo.
- e) Falta de pressuposto processual de validade.

**65.** Flávia, residente em Blumenau, ajuizou ação possessória em desfavor de Lúcia, residente em Palhoça, relativa à posse de bem imóvel situado em Florianópolis. É correto afirmar, diante do caso narrado, que o juízo competente para conhecer da ação será:

- a) Tanto o juízo de Florianópolis, quanto o juízo de Palhoça, por ser o domicílio da ré.
- b) Apenas o município de Palhoça.
- c) Apenas o município de Florianópolis.
- d) Apenas o município de Blumenau.
- e) Quaisquer dos municípios, vez que a competência é relativa e prorrogável.

**66.** Em determinada tutela de urgência, para fundamentar a sua decisão, o juízo, a fim de deferir a medida, afirmou que: “não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”. A referida fundamentação tem como suporte o princípio:

- a) Da inércia.
- b) Do devido processo legal.
- c) Da inafastabilidade da jurisdição.
- d) Do contraditório.
- e) Da ampla defesa.

**67.** Júlio, professor de renomada faculdade de Santa Catarina, ao corrigir prova discursiva de seus alunos, deparou-se com as seguintes conclusões acerca do auxílio direto: (i) Cabe auxílio direto quando a medida decorrer diretamente de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil; (ii) Compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional; (iii) A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central, cabendo ao Estado requerente assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.

Estão corretas as conclusões apresentadas:

- a) Apenas no Item I.
- b) Apenas no Item II.
- c) Apenas nos itens I e III.
- d) Apenas no item III.
- e) Em todos os itens.

**68.** Ao receber uma petição inicial, o juízo, atento ao sistema processual eletrônico, pesquisou o nome das partes. Percebeu, então, a existência de outra ação proposta anteriormente. Analisando ambos os processos, verificou a existência de identidade quanto às partes e causa de pedir, mas que o pedido da ação a ele distribuída, por ser mais amplo, abrange também o outro feito. Sobre o tema e de acordo com o disposto no Código de Processo Civil, é correto afirmar estarmos diante de um caso de:

- a) Litispendência.
- b) Conexão.
- c) Continência.
- d) Coisa Julgada.
- e) Perempção.

## DIREITO PENAL

*Priscila Silveira*

**69.** O concurso de pessoas ocorre quando dois ou mais agentes concorrem para a prática de uma mesma infração penal. São requisitos do concurso de pessoas

- a) liame subjetivo e ajuste prévio entre os agentes.
- b) pluralidade de agentes e condutas e relevância causal de cada conduta para o resultado.
- c) pluralidade de delitos e pluralidade de agentes.
- d) relevância causal de cada conduta e pluralidade de delitos.
- e) pluralidade de condutas e a infração penal.

**70.** Assinale a assertiva correta no tocante às disposições do Código Penal relativas à culpabilidade:

- a) a pena pode ser reduzida de um a dois terços se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial;
- c) constatada a semi-imputabilidade do acusado, o juiz pode, atendendo aos demais critérios legais, aplicar-lhe pena reduzida de 1/3 a 1/2.
- d) se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.
- e) a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos exclui a imputabilidade penal

**71.** No que se refere aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa correta:

- a) a conduta de possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de selo destinado a controle tributário não constitui crime contra a fé pública, pois não é fato punível.
- b) comete o crime de falsificação de documento particular o agente que falsifica ações de sociedade comercial.
- c) comete o crime de falsificação de documento público o agente que altera certidão emanada de entidade paraestatal.
- d) o uso de documento falso, artigo 304 do Código Penal, é absorvido pelo estelionato quando o agente é funcionário público.
- e) na falsificação de documento público, a condição de funcionário público é causa de aumento de pena, ainda que não prevaleça do cargo.

**72.** No que diz respeito à lei penal excepcional ou temporária, assinale a opção correta.

- a) As duas não se submetem ao princípio da reserva legal.
- b) As duas não se submetem ao princípio da ultratividade da lei penal.
- c) A lei temporária vigora durante um período de anormalidade e a lei excepcional tem um prazo estabelecido previamente.
- d) são excluídas ou beneficiadas pelo princípio da retroatividade da lei mais benéfica ou *novatio legis in melius*.
- e) As duas são autorrevogáveis, não precisando de outra lei que as revogue.

**73.** Com base na legislação brasileira, dentre os crimes relacionados abaixo, qual possui a modalidade qualificada:

- a) Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.
- b) Corrupção passiva.
- c) Prevaricação.
- d) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- e) Violação e sigilo funcional.

74. A respeito do crime de furto privilegiado, disposto do artigo 155, parágrafo 2º, do Decreto Lei 2.848, assinale a alternativa correta.

- a) Para que se configure o crime de furto privilegiado, é necessário que o agente seja primário e que a coisa furtada seja de pequeno valor.
- b) Para que se configure o crime de furto privilegiado, é necessário que o agente não tenha maus antecedentes e que a coisa furtada seja de pequeno valor.
- c) Para que se configure o crime de furto privilegiado, é necessário que o agente seja menor de 21 anos de idade.
- d) Para que se configure o crime de furto privilegiado, é necessário que o agente seja primário e restitua a coisa subtraída até o recebimento da denúncia.
- e) É possível o reconhecimento do privilégio previsto no § 2º do art. 155 do Código Penal apenas nos casos de crime de furto simples, sendo a coisa de pequeno valor, independentemente da primariedade do agente.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Renan Araújo*

75. Foi instaurado inquérito policial, *ex officio*, para apurar a ocorrência de crime de roubo simples (reclusão, de 04 a 10 anos, e multa), crime de ação penal pública incondicionada, cujo autor teria sido Tiago. No curso das investigações, e após representação do delegado de polícia, o Juízo decretou a prisão preventiva do indiciado, para a garantia da ordem pública.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá se encerrar em até 10 dias, a contar de sua instauração, sob pena de ilegalidade automática da prisão, com o consequente relaxamento.
- b) O investigado terá direito de constituir defensor para acompanhar o inquérito, mas o defensor não terá acesso aos autos do referido procedimento, dada sigilosidade que impera na fase pré-processual.
- c) O delegado, pelo princípio da dispensabilidade, não poderia ter instaurado inquérito policial *ex officio*.
- d) Eventual arquivamento do inquérito policial, por falta de justa causa, impedirá a retomada futura das investigações, produzindo coisa julgada material, ainda que haja notícia de prova nova.
- e) Em caso de manifestação de arquivamento pelo MP, além da vítima ou de seu representante legal, a autoridade judicial competente também poderá submeter a matéria à revisão da instância competente do órgão ministerial, caso verifique patente ilegalidade ou teratologia no ato do arquivamento.

**76.** Juliana foi vítima de crime de ação penal privada, em tese praticado por Antônio. O crime teria ocorrido no dia 15.07.2022, tendo Juliana descoberto a autoria delitiva em 27.08.2022. Em 25.04.2023, Juliana veio a óbito, não tendo ainda ajuizado queixa-crime, deixando o marido José, o pai, Nonato, e uma filha, de nome Valentina.

Nesse caso, é correto afirmar que o direito de queixa:

- a) Não passará a nenhum sucessor
- b) Passará somente ao cônjuge
- c) Passará somente ao cônjuge e ao pai, nessa ordem
- d) Passará somente à filha
- e) Passará ao cônjuge, ao pai, e à filha, respeitando-se essa ordem de preferência

**77.** Acerca das disposições referentes aos sujeitos do processo, analise os itens a seguir:

I – O Juiz que for amigo íntimo de uma das partes será considerado impedido de atuar no processo criminal.

II – O assistente de acusação será admitido enquanto não passar em julgado a sentença e receberá a causa no estado em que se achar, ainda que na fase recursal.

III – A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

IV – Dada a indispensabilidade da defesa técnica no processo penal, nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Nesse caso, está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e IV
- c) II, III e IV
- d) I, III e IV.
- e) II e III

**78.** Válber foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de furto qualificado (reclusão, de 02 a 08 anos, e multa). O Oficial de Justiça não encontrou o réu no endereço indicado na denúncia, tendo sido informado pelo porteiro do prédio de que Válber havia se mudado do local há alguns meses. Não tendo sido possível a citação pessoal do acusado, foi determinada a citação por edital. Expirado o prazo do edital, o acusado não compareceu nem constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) nomear ao réu um defensor, concedendo-lhe prazo de 10 dias para apresentar resposta à acusação, por se tratar de rito ordinário.
- b) suspender apenas o curso do processo.
- c) suspender apenas o curso do prazo prescricional.
- d) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, estando a suspensão do prazo prescricional limitada ao prazo de prescrição previsto considerando a pena máxima cominada ao delito.
- e) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, até que compareça o acusado.

**79.** Genaro foi denunciado pelo Ministério Público pela suposta prática do crime de homicídio doloso qualificado pelo motivo torpe, na forma consumada (art. 121, §2º, I do CP). Ao final da instrução preliminar, o Juízo não se convenceu da existência de indícios suficientes de autoria delitiva, embora a materialidade do delito estivesse devidamente comprovada.

Nesse caso, o Magistrado deverá:

- a) impronunciar o réu, mas tal decisão não fará coisa julgada material, de forma que, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia pelo mesmo fato, se houver prova nova.
- b) pronunciar o réu, submetendo-o à segunda fase do rito do júri, dada a comprovação da materialidade delitiva.
- c) impronunciar o réu, e tal decisão fará coisa julgada material.
- d) absolver sumariamente o réu, e tal decisão fará coisa julgada material.
- e) absolver sumariamente o réu, mas tal decisão não fará coisa julgada material, de forma que, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia pelo mesmo fato, se houver prova nova.

**80.** Em relação ao procedimento comum pelos ritos ordinário e sumário, é correto afirmar que:

- a) No rito sumário, a audiência de instrução e julgamento deve ser realizada no prazo máximo de 45 dias.
- b) No rito sumário, as alegações finais serão, em regra, orais, podendo o Juiz conceder prazo às partes para apresentação de alegações finais escritas, por expressa previsão legal.
- c) Será adotado o rito sumário para as infrações de menor potencial ofensivo, quando, por alguma razão legal, o juizado especial criminal encaminhar ao juízo comum as peças existentes.
- d) No rito ordinário poderão ser arroladas até 05 testemunhas pela acusação e até 05 pela defesa, não se computando nesse número as não compromissadas e as referidas.
- e) Será adotado o rito sumário no caso de infrações penais cuja pena máxima seja igual ou inferior a 04 anos de privação da liberdade, cumulada ou não com multa.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---